

Ata da Reunião Ordinária do dia 03 de Dezembro de 2025 do Conselho Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná – CEPCT/PR

Ao terceiro dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, às nove e trinta da manhã, reuniram-se na Sala de Situação da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística: **Conselheiros da Sociedade Civil:** Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro, Silvana Quintilhano/Povos de Terreiro, Ednamar de Almeida/Povos de Terreiro, Jean Barreto/Quilombolas, Rosemary da Silva/Quilombolas, Marilei Gonsalves/Faxinalense, Tatiane Iovanovitchi/Povos Ciganos, Nardi Casanova/Povos Ciganos, Suely dos Santos/Cipozeiras, Rosalina dos Santos/Benzedeiras, Ana Maria dos Santos/Benzedeiras, Misael Nobre/Ilhéus, José da Silva/Ilhéus, Claudio Corrêa/Pescadores Artesanais; **Conselheiros Governamentais:** Ellen/SEEC, Sandra/SEED, Gustavo Mussi/CC, Jane/SEJU, Hayanne/SEMIPI, Felipe/SEMIPI, Clemilda/SEMIPI, Renê/SETI, Lucimar/SESA, Nardi/SESA, Dhyeisa/SEIL, Maria Regina/IDR; **Ouvintes:** Ivânia/SEMIPI, Grazielle/SEMIPI, Pamela/SEMIPI, Caroline/SEMIPI, Victoria/SEMIPI, Nicole/SEDEST, Miriam/SEAB, Camille Klostermann/NUPIER-DPPR, Dieikson/NUPIER-DPPR, Ana Carolina/MPPR, Márcia Neri/; **Convidados:** Rogério Tondato/NEABI-UTFPR, Fernanda Machado/Programa Cultura Viva. **Gloria Cardozo:** realiza chamada e constata quórum suficiente para reunião. **A Presidente Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** saúda os presentes e faz leitura da pauta previamente submetida para aprovação e, em seguida, os presentes apresentam outros pontos para inclusão na pauta. Após as inclusões, a pauta alcançou 30 itens (1. Abertura e Boas Vindas da Presidente; 2. Apreciação e aprovação da pauta; 3. Aprovação das atas de Junho e Outubro; 4. Informes Gerais; 5. Relato das Comissões; 6. Calendário 2026; 7. Explanação sobre a portaria 241 – IAT Margith; 8. Solicitação de cestas básicas para os ilhéus e pescadores do Rio Paraná; 9. Autorização de distribuição de liturgias cristãs pela Prefeitura de Curitiba em escolas municipais; 10. Prestação de contas do curso de Religiões de Matriz Africana em parceria com a ESEDH; 11. Apresentação do NEABI - UTFPR Campus Londrina; 12. Apresentação do Programa Cultura Viva e da perspectiva de composição/reconhecimento do Pontão de Cultura; 13. Avaliação da

gestão 2024/2025; 14. Consórcio Paraná MAP; 15. Agência Nacional de Petróleo Guaraqueçaba; 16. Atendimento de saúde em Paranaguá - SESA; 17. Mapeamento ICMBIO/MPF Ilha Rasa; 18. Resposta da conselheira Jozyanne; 19. Conflitos no Quilombo Adelaide; 20. Reunião do Conselho da Mulher; 21. Reunião interconselhos; 22. Placa das benzedeadas; 23. Segurança de lideranças comunitárias; 24. Horta comunitária das benzedeadas; 25. Solicitação de reunião pelo NUPIER; 26. Solicitação de reunião pelo IAT; 27. Devolutiva do IPARDES; 28. Apreciação dos jogos de PCTs para uso no verão maior; 29. Participação da educação municipal do Quilombo de Adelaide nas atividades de educação para as relações étnico-raciais, sobretudo na celebração do 20/11; 30. Encerramento) Pede objetividade nos debates, de maneira sintetizada sem perder a profundidade. Coloca a pauta 3 (Aprovação das atas de Junho e Outubro) em votação, sem objeções, todos aprovam. Abre espaço para a pauta 4 (Informes Gerais), e informa que foi disponibilizado um formulário do IBGE, enviado no grupo de whatsapp da Sociedade Civil, para os Conselheiros preencherem. **Misael Nobre/Ilhéus:** se coloca à disposição daqueles que não conseguiram preencher, destaca a importância do preenchimento por todos os segmentos para reconhecimento e visibilidade das comunidades tradicionais no Sul pelo IBGE, e orienta que repassem as demais comunidades tradicionais que os Conselheiros conhecem. **Tatiane Iovanovitchi/Povos Ciganos:** pergunta se são apenas as lideranças das comunidades que devem preencher o formulário, ou todas as pessoas que fazem parte de PCTs, e como, por exemplo não há representantes de povos ciganos em Brasília, pergunta se é exclusivamente do Paraná ou em qualquer lugar do Brasil. **Misael Nobre/Ilhéus:** explica que deve ser indicado alguém de cada segmento para fazer acompanhamento e orienta repassar o formulário para o máximo possível de representantes, independente da região. **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** lê o segundo informe (reunião com a OAB), houve problema de comunicação e planejamento, então reunião foi transferida para fevereiro, recomendou convocar MPPR e DPPR para contar com outras frentes do direito, com Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro, Claudio Corrêa/Pescadores Artesanais, Jean Barreto/Quilombolas e Hayanne/SEMIPI. **Hayanne/SEMIPI:** informa que a SEMIPI fechou acordo de cooperação técnica com a UNESPAR para viabilizar a escrita dos Planos Estaduais de Políticas Públicas para os segmentos da DIRPICT (Povos Indígenas, PCTs e Igualdade Racial), que na primeira reunião com a UNESPAR (sendo a coordenadora Dulcinéia, também coordenadora da CUIA), foi definido um time de 6 professores que se interessaram na construção, na qual a SEMIPI disponibilizou 6 técnicos e quando houverem reuniões, serão trazidas as atualizações ao Conselho. O diagnóstico inicial e o levantamento de

dados foram feitos a partir das demandas trazidas nas Conferências Estaduais de cada segmento. Apresenta documento que resume as propostas. Também informa sobre as carteirinhas para os Conselheiros do CEPCT, na qual já foi alinhada a produção em parceria com a SEMIPI e feita com prensa térmica. Esperam aprovação do layout para produção, mas a ideia é que a carteira contenha apenas a palavra “conselheiro” e a logo do CEPCT, para que possa ser reutilizada nas próximas gestões. **Dhyeisa/SEIL:** sugere colocar também o segmento que cada conselheiro representa na carteira. Em discussão, os representantes da Sociedade Civil decidiram que a carteira deve conter foto e nome do conselheiro. **Misael Nobre/Ilhéus:** ressalta a importância dos conselheiros terem documento de identificação, e trás o ponto de criação de carteira para os membros de todas as comunidades tradicionais, pois muitos órgãos não reconhecem estas comunidades. **Gloria Cardozo:** sugere que tragam assunto como ponto de pauta para a próxima reunião do conselho, e trazer análise de viabilidade. Seguindo para o próximo informe. **Misael Nobre/Ilhéus:** observa que na Conferência Nacional faltou participação das Comunidades Tradicionais da região Sul (benzederias), que não se apresentaram e a cadeira foi ocupada por alguém de religião de matriz africana. Sugere minuta para que todos os estados tenham o CARPCT. Necessidade de cadastro no CadÚnico de segmentos de PCTs que não estão inclusos, sendo 28 segmentos cadastrados e 23 ainda não cadastrados. **Claudio Corrêa/Pescadores Artesanais:** menciona vídeo passo a passo de cadastro do segmento no MPF. **Misael Nobre/Ilhéus:** ressalta que o cadastro na plataforma traz visibilidade e respaldo jurídico. Próximo informe. **Gustavo Mussi/CC:** faz informe sobre o GT do POP PCT, explica que GT não seguiu na sua ausência, que foi exonerado e reconduzido ao cargo, que precisa realizar ajustes nos decretos, está retomando a constituição desse GT como prioridade, e precisa da indicação de membros para o GT do POP PCT até janeiro, por sua relevância na segurança pública. **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** avança para a pauta 5 (Relato das Comissões). **RELATO DA CÂMARA DE TERRITÓRIO: Hayanne/SEMIPI: PROTOCOLO 24.917.779-2:** Ofício encaminhado à SECOM solicitando a produção de matéria para o evento Resistência Memória de Terreiros. **Parecer da comissão:** solicitação não foi atendida por completo, **Encaminhamento 1:** solicitar matéria in loco para ser utilizada enquanto recurso didático no próximo ano. **PROTOCOLO 24.889.603-5:** Ofício encaminhado à SESP solicitando informações acerca de políticas públicas voltadas à povos e comunidades tradicionais. **Devolutiva:** A SESP informou que tem desenvolvido diversas iniciativas voltadas à proteção e promoção de PCTs. **Parecer da comissão: Encaminhamento 2:** acusar recebimento e solicitar à Secretaria Executiva do Conselho que faça um relatório com

todas as devolutivas que vieram da Secretaria de Estado, para que, a partir desses relatórios, se faça retorno para a SESP, solicitando que compareçam à reunião do CEPCT para discutir as demandas e construir os POCs junto aos conselheiros, retomando a comissão que foi constituída anteriormente. **PROTOCOLO 24.899.390-7:** Ofício encaminhado à SEIC solicitando informações acerca de políticas públicas voltadas aos PCTs. **Devolutiva:** A SEIC informou que não possui projetos estruturados de forma exclusiva para atendimento específico ao segmento. **Parecer da comissão:** convidar a SEIC para participar da reunião do CEPCT no próximo ano. **Encaminhamento 3:** 1.Acusar recebimento; 2.Confecção de relatório consolidado das respostas enviadas por Secretarias de Estado sobre políticas públicas voltadas aos PCTs, para subsidiar futuras deliberações e integração ao Plano Estadual; 3. Convidar a SEIC para participar das reuniões com o objetivo de direcionar políticas públicas específicas, uma vez que o ponto 2 for realizado. 4. identificar secretarias que não responderam, fazer relatório e pedir retorno. **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** o relatório precisa retornar para análise e estabelecer propostas. **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** sugere que seja feito o levantamento de quais secretarias não retornaram, para fazer uma nova comunicação, solicitando retorno em 15 dias e que esse relatório esteja pronto para a próxima reunião. **Lucimar/SESA:** relata que, se os órgãos mandarem muitos emails e ofícios, e as secretarias não se identificam com a temática, acabam não respondendo, e 15 dias é um tempo curto para a secretaria dar retorno. **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** ressalta que mesmo assim é importante o encaminhamento e que conste urgência de retorno para composição do Plano Estadual. **Gloria Cardozo:** sugere que, após levantamento das secretarias que não responderam, fazer articulação interna para verificar se até fevereiro é possível obter essas respostas para trazer ao Conselho, e Laysmara concorda, considerando que o prazo final para conclusão do Plano Estadual é em julho. **Hayanne/SEMIPI:** próximo ponto: solicitação do IAT sobre inclusão de produtos florestais não madeireiros. A consulta se estenderá até 8 de dezembro de 2025. **Parecer da comissão:** que seja elaborada uma resposta constando que, considerando as especificidades legislativas que se referem à povos e comunidades tradicionais, a 169 da OIT determina que comunidades afetadas direta ou indiretamente por entendimento devem ser consultadas em CLPI e não consulta pública. O conselho realizará o acompanhamento e solicita aviso prévio em caso de constituição de consulta livre prévia informada. **Encaminhamento 4:** orientação sobre instrução normativa e CLPI. **Próximo ponto:** solicitação de informações sobre reconhecimento de comunidade tradicional da Colônia Witmarsum. Foi enviado anteriormente um precedente para a Colônia Faria —

que fez a mesma solicitação —, explicando que, embora haja práticas tradicionais europeias, são reconhecidos como colonizadores e não PCTs. Apesar dos Pomeranos serem reconhecidos à nível Federal como PCT, como foi observado por Gustavo Mussi/CC, os conselheiros decidiram dar à Colônia Marsum a mesma resposta que foi dada à Colônia Faria, sem alterações. **Encaminhamento 5:** enviar o mesmo precedente enviado à Colônia Faria para a Colônia Marsum. **Hayanne/SEMIPI: Próximo ponto:** guia de ação das mulheres quilombolas dos territórios Santa Cruz e Sutil. Mulheres das Comunidades Quilombolas Santa Cruz e Sutil estão sendo coagidas por órgãos do governo do estado do Paraná e empreiteiras que estão duplicando a estrada BR 277. **Parecer da comissão:** solicitar à SEIL suspensão imediata das ações para a realização de CLPI e solicitar o auxílio, intervenção e acompanhamento do Ministério Público e da Defensoria Pública. **Próximo ponto:** atendimento da consulta realizada pelo CEPCT a respeito da obra de duplicação da estrada PR 407 com as informações técnicas feitas ao empreendimento e licenciamento ambiental pelo IAT. **Parecer da comissão:** **Encaminhamento 6:** retomar protocolo, colocando como uma resposta a conselheira Conceição como ponto focal, que é de representação Caiçara, e mora na comunidade que está em área afetada, para que ela seja procurada para dar início aos procedimentos. **RELATO DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO: Silvana Quintilhano/Povos de Terreiro: OFÍCIO 018/2025:** manifestação a respeito de demanda da comunidade Tibicanga de Guaraqueçaba, que pede implementação de carta de anuência para seleção de profissionais para o Colégio Estadual situado na área de PCTs. Solicita carta e alteração no calendário. **Parecer da comissão:** favorável à carta de anuência, para que haja a efetivação dessas práticas culturais dentro da comunidade, desde que os responsáveis possuam formação pedagógica adequada, que o calendário respeite os 200 dias letivos e a carga horária anual, sem prejuízo das atividades pedagógicas, em alinhamento com o Núcleo Regional de Educação. **Misael Nobre/Ilhéus:** ressalta a importância da carta de anuência, pois comunidades sofreram retirada das escolas rurais, e são necessários professores que tenham conhecimento das tradições da comunidade. **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** ressalta a importância das respostas das secretarias, pois há comunidades tradicionais que não estão no currículo da educação básica paranaense. Tal prática de ensino precisa ser prevista no Plano Estadual para apresentar propostas consistentes e não apenas demandas. **Encaminhamento 7:** emitir posicionamento favorável à carta de anuência condicionado à formação pedagógica adequada dos profissionais e ao respeito ao calendário de 200 dias letivos e à carga horária, alinhados com o núcleo regional de educação. Próximo ponto. **PROTOCOLO 24.893.169-8:** Ofício

enviado pelo Conselho para a Coordenação do Artesanato solicitando mutirão de emissão de carteiras de artesãos em comunidades de PCTs. **Devolutiva:** A Coordenação pediu que seja detalhada as comunidades e locais em que o mutirão precisa ser realizado. **Parecer da comissão:** tal procedimento é inviável, pois são muitas comunidades, portanto reiteram o pedido de mutirão descentralizado e recomendam a elaboração prévia de um roteiro itinerante acompanhado de ampla divulgação, garantindo o alcance de informações às comunidades, pois os 12 segmentos de PCTs possuem artesãos, ainda que não seja fonte principal de renda, e a divulgação contribuirá para favorecer a identificação desses artesãos, o registro e o reconhecimento dos seus territórios de atuação. **Gloria Cardozo:** lê o informe no chat feito por Camille Klostermann/NUPIER-DPPR: “O NUPIER, tem um procedimento referente a carta de anuência. Nós podemos tentar articular um mutirão para levar nas comunidades. Ficaria como sugestão. Estou elaborando um cronograma de atuação para o próximo ano, se conseguirem me encaminhar o nome das comunidades posso incluir aqui. O NUPIER fica à disposição. Podemos ajudar na produção também, na publicação da matéria.”. **Hayanne/SEMIPI:** sugere designar um conselheiro de cada segmento para ser um ponto de divulgação e informações para a articulação do artesanato nas comunidades. **Silvana Quintilhano/Povos de Terreiro:** precisa ter organização prévia, roteiro, cronograma fixo, divulgação e depois passar para conselheiros ser a ponte para que não haja desorganização, desgastes e gastos excessivos. É necessário estratégia. **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** é necessário uma ação do governo, com diversos serviços na comunidade, como atendimento jurídico e de saúde, carteira do artesão, castração de animais, brigadistas, etc. É uma possibilidade de efetivar políticas públicas nas comunidades, ao invés de apenas fiscalizar. O problema enfrentado é maior do que apenas as carteiras, são vários serviços que não chegam às comunidades. **Silvana Quintilhano/Povos de Terreiro:** PCTs não têm conhecimento da carteira de artesão. É necessário iniciativa da Coordenação do Artesanato, do governo, etc. para criar um projeto de ação consistente. **Tatiane Iovanovitchi/Povos Ciganos:** lembra da ação dos ônibus rosa, que só vão em cidades grandes, mas não em comunidades tradicionais, e sugere replicar a ação. **Gloria Cardozo:** menciona ação do TJ “programa Justiça no Bairro” como exemplo de ação que se assemelha à demanda apresentada, que trás um conjunto de serviços, como fornecimento de documentação civil. **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** ressalta que o Estado é responsável por fornecer tais serviços, sendo necessário ter planejamento, podendo pensar na ação para o próximo ano. **Suely dos Santos/Cipozeiras:** em Paranaguá foi solicitada ação semelhante, que

aconteceu, mas muitas pessoas não souberam, não houve divulgação. **Hayanne/SEMIPI:** menciona edital destinado à pessoas quilombolas, que foi encaminhado ao conselho pela coordenadora do artesanato Pollyanna, mas observa que muitas informações enviadas no grupo de whatsapp do conselho não estão sendo vistas, e acha pertinente o encaminhamento da demanda. Ponto ficou como pauta à ser debatida na próxima reunião. **Silvana Quintilhano/Povos de Terreiro:** retornando ao ponto trazido por Hayanne, sobre conselheiros ser a ponte entre comunidades e serviços, explica que pode ser ponte para 100, 200 pessoas de povos de terreiro, mas não com os 5 mil terreiros no estado do Paraná, por exemplo. Conselheiros são pontes mas não pontes amplas, isso deve ser papel do Governo do Estado. **PROTOCOLO 24.655.692-0:** O CEPCT solicitou a participação efetiva no Comitê Interinstitucional de Enfrentamento às Violências contra as Mulheres. **Devolutiva:** O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher respondeu que o CEPCT pode participar apenas das reuniões eventuais que tenham tema de Povos e Comunidades Tradicionais na condição de ouvinte, mediante convite prévio. **Parecer da comissão:** concluíram que participação não é efetiva, e solicitarão inclusão de pauta, que será apresentada por uma mulher representando cada segmento de PCT, solicitando e justificando a inclusão da cadeira no Comitê, pois as mulheres de povos e comunidades tradicionais também tem as suas especificidades e vão agregar dentro desse Comitê, que deve representar todas as mulheres. **Gustavo Mussi/CC:** sugere articulação com o CEPI pois estão com demanda semelhante. **Hayanne/SEMIPI:** explica que há uma câmara técnica específica para mulheres indígenas no comitê por pleito da MIOR, que faz parte dos Conselhos da Mulher e dos Povos Indígenas, então é importante esse diálogo para que o CEPCT possa seguir o mesmo caminho e conseguir espaço no comitê. **Encaminhamento 8:** incluir no planejamento de 2026 previsão de encontro interconselhos; articular recursos e logística (previsão orçamentária). (Conselhos da SEMIPI, SEDEF e SEJU). **PROTOCOLO 23.938.888-4:** Solicitação de criação de câmara técnica de enfrentamento às violências contra mulheres de povos e comunidades tradicionais. **Devolutiva:** o Comitê Interinstitucional de Prevenção e Enfrentamento às Violências contra as Mulheres recomenda o diálogo interconselhos para que as demandas das mulheres PCTs possam chegar ao mesmo, e para que as atividades e enfrentamentos atuais sejam adicionados no próximo módulo **Parecer da comissão:** essa solicitação visava conseguir espaço no Comitê Interinstitucional de Enfrentamento às Violências contra as Mulheres, então solicitam o arquivamento deste protocolo pois já foi contemplado pelo protocolo anterior e seu encaminhamento. **Encaminhamento 9:** arquivar este protocolo. **PROTOCOLO 24.256.403-0:** solicitação de mapeamento de

PCTs do Paraná. Foi encaminhado à SEMIPI a solicitação de realização do projeto de mapeamento, e na penúltima reunião do conselho foi proposto que fizesse esse mapeamento articulado com instituições de ensino superior, com proposição de bolsas.

Devolutiva: aprovado. Encaminhar representantes do conselho para compor GT. Silvana se propõe e sugere que seja indicado 1 representante de cada segmento.

Encaminhamento 10: designar representantes do Conselho para compor GT de mapeamento e encaminhar para a SEMIPI. **PROTOCOLO 23.939.215-6:** solicitação do CEPCT à SEMIPI para subsidiar o deslocamento dos conselheiros para fazer o curso de formação de Direitos Coletivos que será realizado de maneira gratuita pelo Instituto Federal. **Devolutiva:** A SEMIPI não pode atender solicitação pois não há verba disponível. **Parecer da comissão:** solicitar inclusão no planejamento orçamentário de 2026. **Gustavo Mussi/CC:** explica que já passou o momento de solicitação para orçamento do próximo ano, pois já foi encaminhado. Se solicitar orçamento, será necessário um remanejamento. **Silvana Quintilhano/Povos de Terreiro:** sugere solicitar a realização do curso para os conselheiros em formato online. **Misael Nobre/Ilhéus:** o curso em si não tem custo, ele é custeado pelo Instituto Federal. O custo seria para que os conselheiros pudessem, por exemplo, ficar um dia a mais quando vêm pra reunião do Conselho, e poder assistir a aula presencialmente, quando acontecerem, pois o curso acontecerá de forma presencial e online. **Gustavo Mussi/CC:** é um bom caminho mencionar então, na solicitação, o remanejamento da verba que estava prevista para o curso de formação de Conselheiros. **Misael Nobre/Ilhéus:** concorda e ressalta que curso é essencial, pois abrange todas as leis que amparam as comunidades tradicionais.

Encaminhamento 11: ofício à SEMIPI solicitando a possibilidade de remanejar a verba prevista para o curso de formação de conselheiros, destinando-a ao custeio do deslocamento dos conselheiros que participarão do curso gratuito do IFPR sobre Direitos Coletivos. Alternativamente, verificar a viabilidade de que os conselheiros permaneçam em Curitiba por mais um dia, quando já estiverem na capital para a reunião do CEPCT, a fim de participarem da aula presencial. **PROTOCOLO 17.989.979-5:** Ofício enviado pela SUDIS solicitando dados sociodemográficos de PCTs. **Parecer da comissão:** o pedido tramitou e se deu favorável pela Coordenação de Povos e Comunidades Tradicionais para compor um Grupo de Trabalho para coletar os dados solicitados. **OFÍCIO 1598/2025:** a respeito das denúncias relativas à ação AIFA. Já foi debatido na comissão de território.

ITEM 8 DO RELATÓRIO DA COMISSÃO: Solicitação do CEPCT à prefeitura de Palmas pela reconstrução do CMEI São Sebastião no quilombo Adelaide. **Devolutiva:** a prefeitura respondeu que já estão sendo pleiteados recursos para alocar a escola junto a UBS que

deve ser construída na comunidade. **Parecer da comissão:** solicita-se o cronograma com informações dos recursos e fontes para certeza do andamento, e indica-se que a escola seja constituída com base na modalidade Quilombola, respeitando as DCNs para Educação Escolar Quilombola. **Encaminhamento 12: solicitar à prefeitura do município de Palmas informações sobre os recursos e fontes da construção do CMEI São Sebastião no quilombo Adelaide. Indicar que a escola deve seguir DCNs da educação escolar quilombola.** **RELATO DA CÂMARA DE SAÚDE: PROTOCOLO 24.888.540-8:** Ofício encaminhado à SEAP solicitando informações acerca de políticas públicas voltadas aos PCTs. **Devolutiva:** O DPE/SEAP retornou, relatando que há atividades e procedimentos administrativos envolvendo três comunidades indígenas que ocupam áreas de propriedade do Estado do Paraná nos municípios de Campo Largo, Santa Helena e Itaipulândia, e que, atualmente, estão em curso tratativas e procedimentos administrativos relacionados à estas áreas. A DGPS, DECON, DTIN e DCGO relatam que não há, atualmente, projetos ou programas para povos e comunidades tradicionais em seus respectivos departamentos. **Parecer da comissão:** passar ao CEPI para ciência das ações relativas aos povos indígenas. Aguardar o Plano Estadual de Políticas Públicas para ter base para solicitar políticas específicas e compor relatório. **PROTOCOLO 24.888.928-4:** Ofício encaminhado à SECOM solicitando informações sobre políticas públicas voltadas aos PCTs. **Devolutiva:** A SECOM informou que as competências institucionais da secretaria são de divulgação das atividades do governo, sendo assim, não se aplica às informações solicitadas. **Parecer da comissão:** dar ciência em plenária e arquivar protocolo. **Encaminhamento 13: arquivar.** **PROTOCOLO 24.888.662-0:** Ofício encaminhado à SEPL solicitando informações sobre políticas públicas voltadas aos PCTs. **Devolutiva:** A SEPL informou que, até o momento, não foram identificados projetos específicos exclusivos da secretaria voltados aos PCTs. **Parecer da comissão:** Aguardar o Plano Estadual de Políticas Públicas para ter base para solicitar ações específicas. **PROTOCOLO 24.889.679-5:** Ofício encaminhado à SETR solicitando informações sobre políticas públicas voltadas aos PCTs. **Devolutiva:** A DIPEQ informou que as políticas atualmente em andamento contemplam de forma ampla todos os cidadãos. Em seguida, a DIFOR ressaltou que possui ações de Fomento à Economia Solidária em conjunto com a CEES, além de fornecerem o Mutirão de Empregabilidade Negra. **Parecer da comissão:** **Encaminhamento 14: solicitar mais detalhes a respeito das políticas descritas (qual região, quais comunidades, quais os meios de acesso das políticas, como é feita a divulgação).** **Ponto 5. UBS QUILOMBO ADELAIDE:** e-mail encaminhado ao CEPCT informando que o município de Palmas firmou o termo de ajustamento de conduta (TAC)

para a construção da UBS. **Parecer da comissão:** **Encaminhamento 15:** 1. reunir documentação e enviar à Rosimery; 2. solicitar reunião com a prefeitura de Palmas para acompanhar processo de planejamento e garantir a CLPI; 3. solicitar retificação do nome do quilombo. **Ponto 6. PAVIMENTAÇÃO COMUNIDADE CASTORINA MARIA DA CONCEIÇÃO:** E-mail encaminhado ao CEPCT informando que o Município de Palmas está realizando o processo licitatório para a melhoria da Rua Principal, conforme solicitado, com o documento do processo anexo. **Parecer da comissão:** **Encaminhamento 16:** solicitar em qual diário oficial foi publicado; qual a previsão de execução e como estão sendo realizados os processos de CLPI; porque deixaram voltar a verba e quando vão providenciar outra; quanto de verba foi alocado e qual o cronograma da obra. **Ponto 7. CONVITE: PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA RMC:** Convite encaminhado ao CEPCT para participar da Audiência Pública Final do PDUI-RMC no dia 11 de dezembro de 2025 às 08h30 no Museu Oscar Niemeyer. **Parecer da comissão:** repassar aos conselheiros da região metropolitana de Curitiba e incentivar a participação. *FIM DOS RELATOS DAS CÂMARAS.* **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** avança para a pauta 6 (Calendário 2026), apresenta calendário, explica que houve alterações devido à proximidade com datas das reuniões do CEPI e aos feriados. Todos aprovam o calendário. Pauta 7 (Explicação sobre a portaria 241 - IAT Margith). **Misael Nobre/Ilhéus:** em 2015 foi formado um trabalho do IAT (produtos florestais não madeiráveis pelos segmentos de povos e comunidades tradicionais) e os membros do conselho não participaram, então, não foram incluídos alguns produtos que são de fundamental importância para os segmentos, então solicita que, se aprovado pela plenária, inclua os produtos que não ainda não foram contemplados e que o prazo de renovação, previamente estabelecido por 1 ano, seja alterado para 2 anos, devido às variações de sazonalidade da pesca, ervas, extrações de alguns produtos, etc. Os produtos são: Fruto do Palmito Juçara (Juçai) - Pescadores Artesanais; Cipó Inbe - Caiçaras; Timbopeva - Caiçaras; Sumbarê - Caiçaras; Uvira - Caiçaras; Ginseng Brasileiro - Pfaffia Glomerata - Ilhéus; Pinhão da Araucária - Faxinalenses; Nó da Araucária - Faxinalenses; Taquara - Faxinalenses; Erva Mate - Faxinalenses. **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** Pede que conste em ata que fizeram esse levantamento, conforme solicitação do IAT, ainda em setembro no grupo geral de conselheiros. Avança para a pauta 8 (solicitação de cestas básicas para os Ilhéus e pescadores do Rio Paraná). **Misael Nobre/Ilhéus:** o motivo da solicitação de cestas básicas, não só por um mês mas, talvez, por um período de 3 meses, é que a pesca foi fechada e estão com dificuldade em acessar o Seguro Defeso (seguro disponibilizado para pescadores quando a pesca é

fechada). Além disso, as represas acima de seus territórios estão tendo sua vazão reduzida, e houve diminuição da lâmina de água, causando aumento da faixa de areia em 300m em alguns locais, o que dificulta o acesso à água. Ressalta que há cadastro de 150 famílias nas comunidades de Ilhéus, que situação é drástica e menciona também casos recentes de seca e enchente, que afetaram plantações, e de situação de má qualidade da água em represas (caso sendo estudado atualmente por pesquisador da UEM), o que compromete a pesca. **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** avança para a pauta 9 (Autorização de distribuição de liturgias cristãs pela Prefeitura de Curitiba em escolas municipais). Diz respeito ao ofício 546/2025 da Prefeitura de Curitiba, do dia 31 de outubro de 2025, encaminhado pela diretora do Departamento de Ensino Fundamental, Sandra Mara Piotto, que prevê a distribuição do Novo Testamento nas escolas da rede municipal de ensino durante a segunda quinzena de novembro, e prevê ainda uma fala de 10 a 15 minutos, com teor religioso cristão, da entidade Gideões Internacionais. Pede posicionamento do conselho, pois ação não respeita laicidade do estado, ocorreu no novembro negro e foi amplamente divulgado. Decidem cobrar posicionamento da prefeitura e solicitar que estabeleça política abrindo espaço para povos de terreiro. **Tatiane Iovanovitchi/Povos Ciganos:** concorda e cita histórico de reivindicações por parte dos povos ciganos por não ter ensino sobre eles nos livros didáticos, e relata que livro específico onde ciganos são retratados pejorativamente foi levado à justiça por seu pai, Cláudio Iovanovitchi. **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** ressalta a problemática nessas ações em escolas de ensino fundamental, por lidar com crianças que são a base. **Encaminhamento 17:** Encaminhar ofício à Secretaria Municipal de Educação e à Secretaria Municipal da Mulher e Igualdade Étnico-Racial solicitando tratamento isonômico àquele ofertado aos Gideões Internacionais, solicitando tempo de fala de 10 a 15 minutos; ação educativa para apresentar tradições e religiões de matriz africana e povos de terreiro. Registrar que a ação, ao não contemplar a diversidade religiosa, pode configurar violação ao princípio da laicidade e aos direitos culturais. **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** avança para a pauta 10 (Prestação de contas do curso de Religiões de Matriz Africana em parceria com a ESEDH). **Silvana Quintilhano/Povos de Terreiro:** relata que realizaram no mês de novembro o curso sobre religiões de matriz africana, no qual priorizaram 4 atividades que seriam palestras realizadas via Google Meet e transmitidas pelo YouTube e que as inscrições ocorreram por meio da Escola de Gestão do Paraná. A primeira palestra, voltada à legislação de direitos e ministrada por Dieikson/NUPIER-DPPR, aconteceu no dia 7 de novembro, e nos dias 13 e 14 as palestras foram ministradas por Laysmara, tratando sobre fundamentos teóricos

afro-religiosos direcionados aos professores, e sobre estratégia de como dialogar sobre cultura afro-brasileira dentro de escolas. Para o dia 28, havia sido prevista uma visita técnica gravada dentro de terreiros de umbanda e candomblé, mas não tinha quem gravasse, portanto, a gravação foi cancelada e se tornou apenas palestra. Houveram alguns problemas com o palestrante e, por falta de divulgação, não houve inscritos suficientes, então foi transferido para janeiro. Observa que a proposta inicial era muito boa, que poderia trazer visibilidade para o CEPCT, que contavam com o apoio fundamental das entidades governamentais, mas o evento não foi bem organizado, tendo pouca divulgação, que foi feita em cima da hora. Acredita que esses fatores reduziram a possibilidade do sucesso desse evento, pois faltou apoio estruturado, apesar de receber alguns apoios fundamentais. **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** menciona o apoio da SEED, que se envolveu diretamente, especialmente nos dias 13 e 14, quando ocorreram palestras de formação pedagógica. Lembra que no dia 21 de janeiro, temos uma data significativa, que é o dia de enfrentamento à intolerância religiosa. Então, pensam em retomar essa última data, que foi suspensa, para alusão a essa data. Reconhece que há pouco tempo para planejar, abrindo possibilidade para se pensar em uma outra ação nesse momento ou adiar a proposta. **Gloria Cardozo:** resume a demanda para registro: demanda em promover material didático para formação pedagógica dos conselheiros e de apoio institucional, sobretudo para a divulgação, tanto da ação quanto do material em si. NUPIER envia mensagem no chat se colocando à disposição. **Misael Nobre/Ilhéus:** faz um informe: agora existe um selo nacional de produtos de origem de povos e comunidades tradicionais, e quem produz algum desses precisa realizar um cadastro no site *[inaudível]*. A reunião foi suspensa para intervalo de almoço e, às treze horas e trinta e oito minutos, os trabalhos foram retomados. **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** solicita que seja iniciado o período da tarde com as apresentações técnicas, avançando a pauta para o item 11 (Apresentação NEABI/UTFPR). **Silvana Quintilhano/Povos de Terreiro:** inicia a fala contextualizando que a UTFPR possui o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) em todos os treze campi. Explica que estão protocolando uma ação de extensão para 2026: um ciclo de palestras sobre Povos e Comunidades Tradicionais. Detalha a metodologia proposta, que contará com uma palestra inaugural de nivelamento e quatro ciclos de mesas-redondas, cada uma com três segmentos representados, para dialogar sobre cultura, ancestralidade e organização social. **Rogério Tondato/NEABI-UTFPR:** complementa afirmando que o objetivo é atingir tanto o público interno da universidade quanto o externo, buscando combater a invisibilidade histórica dos PCTs no estado.

Ressalta que a formação visa suprir uma lacuna de conhecimento da sociedade em geral.

Silvana Quintilhano/Povos de Terreiro: reforça o caráter participativo da proposta, sugerindo que os conselheiros do CEPCT componham as mesas para que os segmentos falem por si mesmos, mantendo o protagonismo. **Gloria Cardozo:** questiona se a parceria será apenas para a composição das mesas ou se existe o interesse de formalizar um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) institucional entre a UTFPR e a SEMIPI/Conselho. Argumenta que um ACT poderia institucionalizar o combate ao racismo e ampliar a divulgação das pautas do conselho. **Rogério Tondato/NEABI-UTFPR:** esclarece que trâmites de cooperação técnica institucional devem ser apreciados pela Pró-Reitoria de Extensão. **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** indaga sobre a previsão de cronograma. **Silvana Quintilhano/Povos de Terreiro:** informa que o projeto está em fase de estruturação e que datas como o Maio Negro, Julho das Pretas e Novembro Negro estão no horizonte de planejamento. **Sandra/SEED:** coloca a Secretaria de Educação à disposição para colaborar com a divulgação e suporte pedagógico. **Marilei Gonsalves/Faxinalenses:** traz uma preocupação crítica sobre o fluxo de informação; relata que, em parcerias anteriores, como a do IFPR, a informação muitas vezes não chegava aos cursistas na ponta devido a falhas na comunicação dos Núcleos Regionais. **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** concorda com a preocupação e enfatiza que a proposta não pode "cair no mesmo limbo" de cursos anteriores que não tiveram a execução esperada. Propõe a criação de uma comissão para acompanhar o projeto desde o início. **Silvana Quintilhano/Povos de Terreiro:** compromete-se a conduzir os ajustes necessários na UTFPR para garantir a execução célere. **Encaminhamento 18:** 1. enviar minuta de proposta de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) à UTFPR; 2. formar comissão/proposta de GT com Silvana, Laysmara, Sandra, René, NUPIER, Rosemary, MPPR, SETI, SEED e SEMIPI para operacionalizar a ação e articular divulgação pela SEED/SEMIPI/SETI. **Ana Maria dos Santos/Benedeiras:** pede a palavra para informar que o documentário sobre o Monge João Maria (registrado em Rebouças) foi premiado em terceiro lugar no estado, e que um documentário sobre comunidades quilombolas ficou em quarto lugar. Destaca a importância desse reconhecimento para a visibilidade da cultura tradicional. Compromete-se a enviar os links das obras no grupo de WhatsApp do conselho. **Renê/SETI:** informa via chat que a Secretaria de Ciência e Tecnologia pode apoiar a divulgação dos cursos e materiais por meio da Universidade Virtual do Paraná. **Camilla Klostermann/NUPIER:** utiliza o chat para informar que o NUPIER instaurou um procedimento administrativo para acompanhar a implementação da Política Nacional de Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) no estado, colocando o núcleo à disposição

para as demandas educacionais do conselho. Pauta 12 (Apresentação do Programa Cultura Viva e da perspectiva de composição/reconhecimento do Pontão de Cultura):

Fernanda Machado/Programa Cultura Viva: saúda a plenária e inicia uma apresentação detalhada sobre a Política Nacional Cultura Viva e o papel dos Pontos de Cultura. Explica que a rede atua na base comunitária e que a Rede Puxirão já desenvolve, na prática, ações que se configuram como pontos de cultura, servindo como espaços de transmissão de saberes ancestrais. Informa que haverá uma ação de promoção do programa em Curitiba nos dias 30 e 31 de janeiro e 01 de fevereiro, ressaltando que em Curitiba há poucos PCTs visibilizados. Propõe que o conselho e a Rede Puxirão articulem a criação de um "Pontão Temático", o que permitiria um trabalho de base para mapear os povos e mostrar as políticas de salvaguarda que vão além do financiamento, tratando da existência e do território. Relata um caso ocorrido em Santa Catarina, onde auxiliou uma liderança de terreiro a oficializar seu espaço como Ponto de Cultura, garantindo proteção institucional.

Tatiane Iovanovitchi/Povos Ciganos: manifesta preocupação com a burocracia dos editais, destacando que os mestres mais velhos das comunidades encontram barreiras no acesso a plataformas digitais.

Fernanda Machado/Programa Cultura Viva: esclarece que para ser Ponto de Cultura não é obrigatório ter CNPJ nem endereço fixo. Denuncia que há produtoras culturais cobrando para fazer esse cadastro, o que é indevido, pois o serviço deve ser gratuito e acessível.

Ana Maria dos Santos/Benedeiras: relata a experiência positiva das benedeiras com um projeto viabilizado pela Cultura Viva, que permitiu a realização de encontros e o fortalecimento do coletivo.

Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro: indaga como a SEEC (Secretaria de Cultura) poderia institucionalizar a criação desse Pontão através da Rede Puxirão.

Ellen/SEEC: sugere que o conselho formalize um pedido de reunião com a diretoria responsável pela execução da Lei Paulo Gustavo e editais de fomento na SEEC.

Misael Nobre/Ilhéus: informa que a Rede Puxirão terá uma reunião interna no dia 08 para tratar especificamente deste tema e convida os conselheiros.

Encaminhamento 19: Solicitar reunião técnica com a Diretoria de Apoio, Fomento e Incentivo à Cultura (DAFIC/SEEC), com a participação do NUPIER, SEMIPI e representantes dos segmentos para tratar da viabilização do Pontão de Cultura — Tatiane Iovanovitchi apontada como ponto focal.

Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro: avança para pauta 13 (Avaliação de Gestão 2024-2025) e realiza uma análise crítica das atas de outubro de 2024 a outubro de 2025. Sistematiza que há pautas recorrentes sem solução, como a precariedade do transporte e a falta de educação escolar diferenciada para quilombolas. Aponta que muitas comissões foram criadas apenas no papel, sem efetividade. Demonstra preocupação com a demora

da SEMIPI em dar retorno sobre a revisão do Regimento Interno (pautada em agosto) e a falta de fluxo para acompanhar as Consultas Livres, Prévias e Informadas (CLPIs), o que faz com que o conselho perca o controle dos protocolos enviados. Sugere que a gestão foque em indicadores e estratégias de fluxo a médio prazo, visando a COP 30 e o Plano Estadual. Propõe que, para 2026, o Conselho mude a estratégia: em vez de apenas reagir a demandas, deve focar em indicadores de desempenho da secretaria e na visibilidade política. Sugere a realização de um grande evento estadual, com a magnitude de uma feira de agroecologia, para dar visibilidade aos povos e publicar oficialmente o Plano Estadual. **Gloria Cardozo:** destaca que o planejamento do mapeamento precisa constar na primeira reunião ordinária de 2026. **Ivânia/SEMIPI:** parabeniza a sistematização, mas adverte que 2026 é um ano eleitoral, o que impõe restrições legais e de calendário que devem ser observadas. **Encaminhamento 20:** 1. SEMIPI - fazer levantamento preliminar de viabilidade orçamentária e logística; 2. elaborar estudo técnico preliminar (considerando vedações eleitorais de 2026) e, se viável, estruturar GT para planejar evento (feira + seminários + lançamento do plano). Pauta 13 (Consórcio Paraná MAP e IAT): **Jean Barreto/Quilombolas:** traz ao pleno uma denúncia grave sobre o Mapeamento de Alta Precisão (MAP) que está sendo executado pelo IAT. Relata que equipes do consórcio entraram em territórios quilombolas para realizar medições e levantamentos sem qualquer comunicação prévia às associações ou lideranças locais. Afirma que os funcionários foram avistados por moradores dentro das comunidades "como se fossem estranhos invadindo o território". Classifica o ato como um desrespeito flagrante à Convenção 169 da OIT, pontuando que o Estado possui os contatos das lideranças e não há justificativa para a ausência de consulta. Ressalta que a entrada sem aviso gera medo e desconfiança nas comunidades que já vivem sob tensão territorial. Afirma que o IAT possui os contatos e a localização das comunidades, não havendo justificativa para a falta de diálogo. **Encaminhamento 21:** Envio de ofício ao IAT reiterando a obrigatoriedade da consulta prévia e solicitando a paralisação imediata das atividades de mapeamento nos territórios tradicionais até que o rito de consulta seja cumprido. Solicitar participação/auxílio da 6ª Câmara do MPF e envio de cópia ao MPE. Pauta 15 (Agência Nacional de Petróleo (ANP) em Guaraqueçaba): **Jean Barreto/Quilombolas:** informa que a ANP está realizando mapeamentos em áreas que sobrepõem territórios tradicionais em Guaraqueçaba, visando exploração ou estudos técnicos, também sem diálogo com as comunidades afetadas ou aviso prévio. Menciona que há um processo judicial em curso e que o Ministério Público Federal está acompanhando a situação, mas as comunidades encontram-se desinformadas sobre o

real impacto dessas ações. Solicita que o Conselho intervenha para garantir transparência e o direito de defesa dos povos da região. **Encaminhamento 22:** Solicitar auxílio à 6ª Câmara do MPF e ao Ministério Público Estadual, com cópia dos autos indicados pelo conselheiro, para obter informações sobre o cenário e garantir o direito das comunidades.

Pauta 16 (Atendimento de saúde em Paranaguá - SESA): **Suely dos Santos/Cipozeiras:** relata o desespero das comunidades em Paranaguá com a demora extrema no atendimento de ambulâncias. Afirma que o serviço, que antes funcionava localmente, agora parece estar "travado". **Nicole/SEDEST:** reforça que a central administrativa que recebia as ligações foi alterada e que há relatos de demora de mais de 30 minutos nos atendimentos em Paranaguá. **Lucimar/SESA:** explica que a SESA centralizou o despacho do SAMU em Curitiba para tentar organizar a regulação de leitos, mas admite que pode haver gargalos na comunicação com as bases municipais. **Nardi Casanova/SESA:** intervém pontuando que a responsabilidade pela manutenção das viaturas é municipal, mas que a SESA, como órgão gestor estadual, precisa auditar o motivo dessa demora. Compromete-se a fazer uma "ponte" direta com a regional de saúde de Paranaguá para verificar se a centralização em Curitiba está prejudicando o litoral, e trazer um retorno oficial na próxima reunião. **Encaminhamento 23:** 1. oficiar a Secretaria Municipal de Saúde de Paranaguá solicitando informações sobre o fluxo de regulação e atendimento (perda do núcleo local, demora nas chamadas); 2. enviar cópia ao Conselho Municipal de Saúde; 3. inserir contatos (telefone/e-mail da ouvidoria) no grupo do conselho.

Pauta 17 (Mapeamento ICMBIO/MPF Ilha Rasa): **Claudio Corrêa/Pescadores Artesanais:** relata que o mapeamento realizado pelo ICMBio tem ocorrido de forma impositiva, sem diálogo com os pescadores. Destaca a preocupação com a restrição de construção e ocupação em uma faixa de 33 metros a partir da lâmina d'água, o que, na prática, inviabiliza a permanência das famílias em seus territórios tradicionais, que dependem da proximidade com o mar para o manejo de suas ferramentas e subsistência. **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** relata ter mantido diálogo com o gestor Aurélio, onde percebeu que, embora haja um reconhecimento formal do território, não há o reconhecimento das práticas ancestrais de manejo, o que tem gerado a prorrogação de documentos e a necessidade de relatórios antropológicos constantes. **Misael Nobre/Ilhéus:** intervém citando que a Lei Federal nº 12.651/2012 (Código Florestal) possui dispositivos que protegem as áreas consolidadas de povos tradicionais, e que o ICMBio não pode ignorar a legislação federal em prol de normas internas. Sugere que o conselho acione a Defensoria Pública para mediar essa relação. **Encaminhamento 24:** 1.oficiar o ICMBio solicitando reconhecimento das práticas

tradicionais e interlocução; 2. oficiar Defensoria Pública Estadual (DPE) solicitando apoio jurídico e mediação; 3. enviar cópia ao MPE; citar legislação federal pertinente (Lei 12.651/2012 — Novo Código Florestal) no ofício. Pauta 18 (Resposta da conselheira Jozyanne): **Gloria Cardozo:** realiza a leitura na íntegra do ofício datado de 29/11 enviado pela conselheira Jozyanne. **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** contextualiza que uma retratação precisa ser solicitada após a conselheira, em audiência pública gravada, questionar a legitimidade do CEPCT. Critica o fato de a conselheira ter respondido ao ofício do Conselho através do Gabinete de um Deputado, misturando sua atuação parlamentar com a de conselheira, e aponta que ela não respondeu aos questionamentos diretos feitos pelo colegiado. Ressalta que as falas da conselheira sobre a ausência de segmentos (como Ribeirinhos) são inverídicas e prejudicam a imagem do órgão. **Silvana Quintilhano/Povos de Terreiro:** reforça que os ataques ocorreram também em eventos externos, como na Renafro, criando um clima de desconfiança infundada. **Misael Nobre/Ilhéus:** afirma que "falar mal do conselho é falar mal de todos nós" e defende que o Regimento Interno deve ser aplicado. Propõe que ela seja convocada para explicar suas afirmações presencialmente. **Gloria Cardozo:** sugere que o conselho avalie a abertura de um procedimento ético, mas que, antes, garanta o direito de resposta e o debate interno para evitar que questões delicadas sejam expostas ao público externo sem resolução prévia. **Encaminhamento 25:** Solicitar a presença obrigatória da conselheira na próxima reunião ordinária para discussão dos fatos e possível instauração de comissão de ética. Pauta 19 (Conflitos no Quilombo de Adelaide): **Rosemary da Silva/Quilombolas:** manifesta profunda preocupação com a morosidade e a falta de comunicação do INCRA a respeito do processo de titulação do território de Adelaide. Relata que o clima de conflito com o poder público municipal e com a população local tem se intensificado. Solicita que o conselho cobre a nota de esclarecimento que o INCRA se comprometeu a enviar aos órgãos de comunicação e ao legislativo para cessar as desinformações sobre a área. **Encaminhamento 26:** oficiar INCRA solicitando cópia da nota de esclarecimento enviada às redes de comunicação, executivo e legislativo; cobrar envio formal e cumprimento do combinado. Pauta 20 (Reunião do Conselho da Mulher): **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** manifesta estranheza e preocupação com a ausência de um convite formal ao CEPCT para uma reunião conjunta entre conselhos (CEDM, CEDIPH e CEPI). Questiona se o CEPCT foi excluído da agenda ou se houve falha no fluxo institucional, reiterando que as pautas das mulheres de comunidades tradicionais não podem ser debatidas sem a presença deste colegiado. **Hayanne Iovanovitchi/SEMIPI:** solicita a palavra para prestar esclarecimentos, informando que consultou a Secretaria Executiva dos Conselhos e

constatou que houve, de fato, um erro interno na transmissão das comunicações. Lê a mensagem oficial recebida em tempo real, confirmando que o convite é extensivo ao CEPCT e que a reunião ocorrerá no dia 09 de dezembro. **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** reforça que a participação é fundamental para evitar a invisibilização dos segmentos tradicionais em debates de gênero e direitos humanos. Propõe a indicação imediata de uma representante. **Tatiane Iovanovitchi/Povos Ciganos:** coloca-se à disposição para representar o conselho, destacando que levará as demandas específicas das mulheres ciganas e demais povos tradicionais para o fórum. **Encaminhamento 27:** Indicação de Tatiane Iovanovitchi como representante do CEPCT na reunião do CEDM em 09/12 e envio da comunicação formal de indicação. Pauta 21 (Reunião Interconselhos): **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** propõe que, diante da falha de comunicação ocorrida e da necessidade de maior articulação, o CEPCT inclua formalmente em seu planejamento para 2026 a realização de reuniões interconselhos periódicas e preferencialmente presenciais. Argumenta que o conselho precisa dialogar de forma institucionalizada com as Secretarias de Mulher, Igualdade Racial, Justiça e Segurança Pública, visando construir pautas transversais e garantir que as especificidades dos povos tradicionais sejam consideradas em todas as políticas de estado. **Gloria Cardozo:** pontua a importância de prever essas agendas no calendário oficial do próximo ano para garantir suporte administrativo e logístico. **Encaminhamento 28:** Inclusão de reuniões interconselhos presenciais e periódicas no plano de ação e calendário de 2026 do CEPCT. Pautas 22 e 24 - Demandas do Segmento de Benzedeadas em Rebouças (Placa de Identificação e Horta Comunitária): **Ana Maria dos Santos/Benzedeadas:** apresenta ao plenário duas solicitações prioritárias para o município de Rebouças. Primeiramente, reforça a necessidade de instalação de uma **placa ou portal de identificação** no trevo de saída para Irati, em homenagem ao Monge João Maria e às Benzedeadas. Relata que, apesar de diálogos com a vereadora local e a prefeitura, a liberação do espaço físico e o apoio para a confecção da placa estão estagnados. Critica o fato de os recursos da cultura no município serem frequentemente voltados apenas para eventos como rodeios e futebol, negligenciando as tradições populares. Na sequência, apresenta a demanda pela criação de uma Horta Comunitária voltada ao cultivo de ervas medicinais, destacando que o espaço é vital para a manutenção do ofício das benzedeadas e para a soberania dessas práticas de cura. Ressalta que a prefeitura precisa formalizar o apoio técnico e a destinação de área para este fim. **Encaminhamento 29:** Envio de ofício à Prefeitura Municipal de Rebouças solicitando: 1) A liberação do espaço no trevo e apoio para a instalação da placa/portal de

identificação das benzedeadas; 2) A viabilização de área e apoio para a horta comunitária de ervas medicinais. Pauta 23 (Segurança de Lideranças Comunitárias): **Misael Nobre/Ilhéus:** introduz a pauta relatando a gravidade da situação de insegurança no campo, mencionando lideranças assassinadas e a insuficiência das medidas protetivas atuais. Argumenta que o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH) "faz o que pode com o que tem", mas que isso não tem impedido as ameaças e mortes. O conselheiro levanta a discussão sobre a necessidade de viabilizar o porte de arma para lideranças ameaçadas que vivem em áreas rurais ou isoladas, como forma de autodefesa, criticando a elitização e a burocracia dos clubes de tiro atuais que dificultam esse acesso para as comunidades. Relata ter sofrido ameaças diretas e indiretas e afirma que a justiça não consegue impedir fisicamente um ataque. **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** complementa que as ações do programa de proteção têm sido avaliadas como insuficientes e sugere que o conselho officie a gestão do programa para qualificar a proteção. Propõe também uma atuação conjunta com outros conselhos de direitos humanos e povos indígenas, dada a transversalidade da violência. **Encaminhamento 30:** 1. oficiar o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) relatando reincidência de ameaças e apontando insuficiências do PPDDH; 2. solicitar apoio, diretrizes e avaliação de medidas complementares (mecanismos de proteção); 3. analisar possibilidade de comunicação conjunta entre conselhos para fortalecer ofício (CEPI e CEPCT). 4. Mapear situações de ameaça enviadas ao CEPCT e disponibilizar relatório preliminar até fevereiro. Pauta 25 (Solicitação de Reunião pelo NUPIER/DPPR): **Gloria Cardozo:** realiza a leitura da solicitação enviada pela Dra. Camilla Klostermann, coordenadora do Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (NUPIER) da Defensoria Pública do Estado do Paraná. O pedido versa sobre a necessidade de uma reunião estratégica entre o NUPIER, o CEPCT e lideranças de Povos de Terreiro para tratar de temas urgentes de defesa de direitos. **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** detalha o teor da demanda, informando que a reunião visa tratar especificamente do acompanhamento de denúncias de racismo religioso e de questões de licenciamento ambiental e multas que estão afetando terreiros, especialmente em Curitiba, devido a interpretações de leis municipais. Ressalta que a Defensoria Pública busca alinhar um fluxo de atendimento direto para esses casos. **Ana Carolina/MPPR (pelo chat):** manifesta o interesse do Ministério Público em participar desta agenda para acompanhar as discussões jurídicas sobre os licenciamentos e as garantias de direitos dos povos tradicionais. O pleno discute a viabilidade de datas, considerando o encerramento das atividades do ano. **A Secretária Executiva:** pondera sobre o acúmulo de agendas, mas

reforça a importância de não adiar o tema para o próximo ano devido à urgência das multas relatadas. **Encaminhamento 31: Agendamento de reunião técnica remota (online) para o dia 15 de dezembro, com a participação do CEPCT, NUPIER e convite estendido ao Ministério Público do Paraná (MPPR).** Pauta 26 (Solicitação de Reunião pelo IAT - Instrução Normativa de Consultas Prévias): **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** apresenta a solicitação enviada por Mariane, da equipe de criação de Unidades de Conservação do Instituto Água e Terra (IAT). Informa que o órgão está em processo de revisão dos seus procedimentos internos para a realização de Consultas Livres, Prévias e Informadas (CLPI), conforme a Convenção 169 da OIT, e deseja alinhar esse novo protocolo com o Conselho. **Misael Nobre/Ilhéus:** intervém pontuando que esta é uma demanda antiga do Conselho, pois as normativas atuais do IAT muitas vezes não respeitam o tempo e o rito próprio das comunidades tradicionais. Defende que esta reunião não ocorra de forma virtual, dada a complexidade técnica e a necessidade de um debate olho no olho para garantir que o protocolo do IAT não se sobreponha à autonomia dos povos. **Jean Barreto/Quilombolas:** reforça a urgência deste alinhamento, citando os problemas já relatados com o Consórcio Paraná MAP, onde a falta de um protocolo claro de consulta tem gerado conflitos nos territórios. O pleno delibera por realizar a reunião de forma presencial para permitir a análise detalhada dos textos técnicos propostos pelo instituto. **Encaminhamento 32: Agendamento de reunião técnica presencial para o dia 10 de fevereiro, no período da tarde, com o IAT na sede da SEMIPI. Participantes indicados: Misael, Claudio, Jean, NUPIER, CAOPDH.** Pauta 27 (Devolutiva do IPARDES): **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** trás ao pleno a devolutiva das Câmaras Técnicas, da SEMIPI e da SUDIS a respeito do projeto de Mapeamento dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná. Informa que existe uma sinalização positiva para a viabilização de bolsas de estudo e pesquisa destinadas a mapeadores que pertençam às próprias comunidades, garantindo o protagonismo dos povos no levantamento de seus dados. Ressalta, porém, que a operacionalização técnica desses dados e a metodologia de sistematização dependem de um alinhamento direto com o IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). Diante da densidade do tema, define-se que a tratativa deve ser presencial. **Encaminhamento 33: Convocação de reunião técnica presencial para o dia 10 de fevereiro (10/02), em conjunto com a agenda do IAT, com a participação obrigatória de representantes do IPARDES, SEMIPI e SUDIS, para o planejamento da execução do mapeamento e definição dos critérios para as bolsas de mapeadores.** Pauta 28 (Apreciação dos Jogos dos Povos e Comunidades Tradicionais - Projeto Verão Maior): **Hayanne/SEMIPI:** apresenta ao plenário os materiais pedagógicos

desenvolvidos para o Verão Maior Paraná, com destaque para o Jogo da Memória dos PCTs. Explica que o material foi construído em parceria com o Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR e passou por um processo de validação com os conselheiros de cada segmento, que enviaram as fotografias e revisaram os textos explicativos das cartas. O objetivo é promover o letramento da população que frequenta o litoral sobre a existência e a diversidade dos povos tradicionais do estado. Informa que o material é produzido em material plástico, resistente à água e areia, para uso nas áreas de lazer. **Misael Nobre/Ilhéus:** solicita um ajuste final em uma das imagens de sua base, o que é prontamente acolhido pela equipe técnica. O pleno elogia a iniciativa como uma ferramenta importante de visibilidade. **Encaminhamento 34: Aprovação do material pedagógico apresentado e indicação para que a SEMIPI disponibilize o arquivo para impressão no site oficial, além de articular a distribuição de exemplares para bibliotecas e escolas municipais em 2026.** Pauta 29 (Educação Escolar no Quilombo Adelaide - Palmas): **Rosemary da Silva/Quilombolas:** manifesta indignação e apresenta uma denúncia formal contra a gestão da Escola Municipal situada no território do Quilombo Adelaide, em Palmas. Relata que a unidade escolar tem ignorado as diretrizes da Educação Escolar Quilombola e a Lei 10.639/03, não promovendo atividades alusivas ao Mês da Consciência Negra e não se integrando aos projetos culturais da comunidade. A conselheira exige que a escola, por estar dentro de um território tradicional, respeite a ancestralidade local e envolva alunos e funcionários nas celebrações e lutas quilombolas, em vez de atuar de forma isolada da realidade da comunidade. **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** reforça o apoio à demanda, destacando que o descumprimento dessas diretrizes é uma forma de racismo institucional. **Encaminhamento 35: Envio de ofício à Secretaria Municipal de Educação de Palmas e à direção da referida escola, exigindo o cumprimento das leis de diretrizes curriculares étnico-raciais e solicitando um plano de integração da escola com as atividades culturais e históricas do Quilombo Adelaide.** Sem mais à tratar, a reunião foi encerrada às dezesseis horas e cinquenta e quatro minutos. A presente ata foi redigida por Victoria Vilas Boas e revisada por Caroline Fátima das Chagas Rocha.